

Estatísticas do Registro Civil 2021

Casamentos

registrados



O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, neste informativo, as Estatísticas do Registro Civil¹ referentes ao ano de 2021. Essas estatísticas são publicadas desde 1974, fornecendo um elenco de informações relativas aos fatos vitais. Os dados de divórcios ocorridos no País foram incorporados ao conjunto de temas a partir de 1984, e os casamentos entre pessoas do mesmo sexo, a partir de 2013.

Os resultados, ora apresentados, referem-se aos registros de nascidos vivos, casamentos e óbitos informados pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais; aos divórcios judiciais concedidos pelas Varas de Família, Foros ou Varas Cíveis; e aos divórcios extrajudiciais que, por força da Lei n. 11.441, de 04.01.2007, passaram a ser realizados pelos Tabelionatos de Notas, desde que não envolvessem filhos menores ou incapazes.

As estatísticas derivadas dessas informações constituem um importante instrumento de acompanhamento da evolução populacional no País, proporcionando, além de estudos demográficos, subsídios para a implementação e avaliação de políticas públicas. Os registros de casamentos oficiais, por sua vez, contribuem para uma melhor compreensão das mudanças ocorridas na sociedade brasileira no que se refere aos arranjos conjugais oficiais.

O uso das Estatísticas do Registro Civil vem se ampliando, sobretudo nos períodos intercensitários, quando as estatísticas vitais são imprescindíveis para o acompanhamento da evolução demográfica. A crescente melhora observada na cobertura dos registros vitais refletem, principalmente, o esforço nacional empreendido para ampliar o acesso da população à documentação básica desde seu nascimento, assim como o aperfeiçoamento dos mecanismos de apuração e crítica dos dados coletados.





Sendo

Óbitos
ocorridos no ano e registrados (2)
Aumento de
18,0%
em relação a 2020
2020
1513 575
2021
1786 347

(2) Inclusive os óbitos sem declaração da idade ou do sexo da pessoa falecida e os registros sem especificação da Unidade da Federação de residência da pessoa falecida, residência ignorada ou no estrangeiro.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação

de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2020-2021.

¹ Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2017, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. Outras informações sobre as Estatísticas do Registro Civil encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9110-estatisticas-do-registro-civil. html?=&t=o-que-e.



Nascimentos

No ano de referência de 2021, 2 708 884² registros de nascimentos foram efetuados em cartórios no Brasil. Desse total, 2 635 854 são relativos a crianças nascidas em 2021 e registradas até o primeiro trimestre de 2022³, e aproximadamente 3% (73 030) correspondem a pessoas nascidas em anos anteriores ou com o ano de nascimento ignorado. Na comparação com o ano de 2020, observou-se uma queda de 1,6% no número de registros de nascimentos ocorridos, o correspondente a uma redução de 43 138 nascimentos.

Entre os anos de 2020 e 2021 a queda nos registros de nascimento foi superior à média nacional nas Regiões Sudeste (-4,0%) e Sul (-3,1%), e inferior na Centro-Oeste (-1,1%). Nas Regiões Norte e Nordeste houve aumento no número de registros realizados de 4,3% e 0,1%, respectivamente. Entre as Unidades da Federação, o Amapá apresentou o maior aumento (9,1%), seguido pelo Amazonas (6,0%), Pará (5,0%) e Acre (4,5%). As maiores reduções se localizaram nos Estados de São Paulo (-4,9%), Rio Grande do Sul (-4,6%) e Rio de Janeiro (-4,3%).

A média mensal de nascimentos ocorridos em 2021 e registrados no Brasil foi de 219 654 registros, sendo março, com 241 870, o mês em que foi efetuada a maior quantidade de registros. Quanto ao mês de nascimento das crianças registradas, o mesmo comportamento de anos anteriores se manteve, com o maior número também no mês de março (238 997), seguido pelo mês de maio (237 354), enquanto novembro foi o mês com o menor número de nascimentos (205 389).

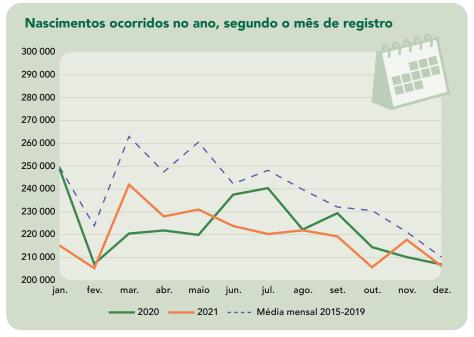
Houve redução no número de registros em quase todos os meses, com exceção dos meses de março (9,7%), maio (5,1%), novembro (3,7%) e abril (2,8%), que apresentaram um volume maior de registros em 2021 comparado a 2020. Tal comportamento confirmou a tendência de anos anteriores de um maior número de registros

efetuados no primeiro semestre do ano, especialmente no mês de março.

A redução de registos de nascimentos observada pelo terceiro ano consecutivo parece estar associada à queda da natalidade e da fecundidade no País já sinalizada pelos últimos Censos Demográficos. Outra hipótese é que a pandemia de COVID-19, iniciada no ano de 2020, pode ter gerado insegurança entre os casais, fazendo com que a decisão pela gravidez tenha sido adiada. Quando analisada a média anual de registros de nascimentos realizados no período de 2015 a 2019, cinco anos

anteriores à pandemia, constatou-se em 2021 uma redução de 232 625 nascimentos, o equivalente a 8,1%.

A coleta de informações relativas à idade da mãe na ocasião do parto é de grande importância para os estudos demográficos, pois, a partir do número de nascimentos segundo o grupo etário da mãe e da população de mulheres de cada um desses grupos, é possível realizar estudos sobre o comportamento reprodutivo das mulheres, e assim, junto com os demais indicadores demográficos, acompanhar as transformações na estrutura etária do País.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2015-2021.

Nota: Inclusive os registros sem especificação da Unidade da Federação de residência da mãe, residência ignorada ou no estrangeiro.

Na análise de tais registros, segundo a idade da mãe na ocasião do parto, nos anos de 2000, 2010 e 2021, é possível verificar uma progressiva mudança na estrutura dos nascimentos no País. Em 2000, mais de 54% dos nascimentos registrados eram de crianças geradas por mães jovens, na faixa etária de 20 a 29 anos de idade.

Em 2010, nota-se uma diminuição relativa dos nascidos vivos cujas mães pertenciam a essa faixa etária, e um aumento daqueles com mães em idades de 30 a 39 anos (de 22,0% em 2000 para 26,1% em 2010). Em 2021, a participação do grupo de mães com 20 a 29 anos de idade é de 49,1% dos nascimentos ocorridos e registrados. Os

2

² Inclusive os registros sem especificação da Unidade da Federação de residência da mãe, residência ignorada ou no estrangeiro (14 425 registros).

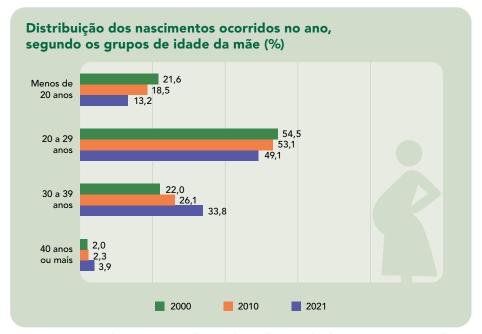
³ A Lei n. 6.015, de 31.12.1973, prevê que o prazo para ser efetuado o registro em cartório seja ampliado para até três meses quando o lugar de nascimento da criança ou de residência da mãe for distante mais de 30 km da sede do cartório. Em observância à legislação, e pela dificuldade de se atestar a distância do lugar de residência ou de nascimento até o cartório, o IBGE adota como critério considerar que os registros de nascimento de um determinado ano devem incluir os registros realizados até o terceiro mês do ano subsequente ao ano de ocorrência do nascimento.



dados de 2021 também evidenciam o incremento, em relação aos demais anos analisados, da representatividade dos nascidos vivos registrados cujas mães tinham 30 a 39 anos de idade (33,8%), com relativa redução dos registros de filhos nascidos de mães em idades mais jovens. Tais resultados corroboram as tendências, observadas nos Censos Demográficos 2000 e 2010, de redução das taxas de fecundidade das mulheres mais jovens. Entre os anos de 2000 e 2021, a taxa de fecundidade geral⁴ do País também reduziu e o número médio de filhos registrados para cada 1 000 mulheres dentro do período reprodutivo (15 a 49 anos) variou, respectivamente, de aproximadamente 54 para 46 nascidos vivos por 1 000 mulheres em idade reprodutiva, o que indica a diminuição do número de filhos por mulher.

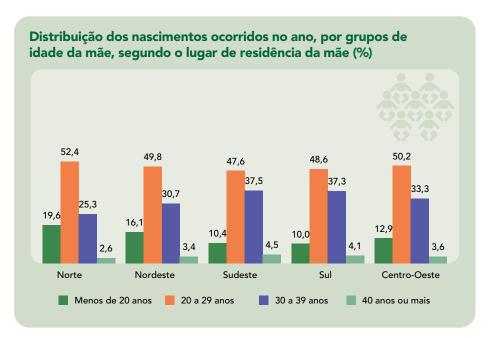
As diferentes Regiões do Brasil expressam realidades peculiares e desiguais entre si, não só em termos sociais e econômicos, mas também demográficos. Comparando-se as distribuições relativas dos nascimentos, por faixa etária da mãe na ocasião do parto, percebem-se diferenciais relacionados à estrutura de nascimentos de cada Região. Na Região Norte, 19,6% dos registros de nascimentos eram de recém-nascidos cujas mães tinham menos de 20 anos – um padrão jovem que se assemelha à estrutura de nascimentos observada no Brasil em 2010 e que diferencia essa Região das demais.

Nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste a concentração de nascidos vivos, filhos de mães na faixa etária de 20 a 29 anos, é superior à média brasileira, sendo, em 2021, de 52,4% na Região Norte, 50,2% na Centro-Oeste e 49,8% na Nordeste. Por outro lado, nas Regiões Sudeste e Sul, observa-se uma grande representatividade de nascimentos cujas mães tinham idades mais avançadas, de 30 a 39 anos. Nessas Regiões, o percentual de nascidos vivos gerados por mães com essa faixa etária foi superior a 37%, enquanto, nas Regiões Norte (25,3%), Nordeste (30,7%) e Centro--Oeste (33,3%), foi inferior. O Distrito Federal, com 41,9%, e São Paulo, com 38,9%, são as Unidades da Federação com os maiores percentuais de nascimentos frutos de mães com idades entre 30 e 39 anos. O conhecimento dessa realidade, observada na desagregação geográfica dos nascimentos por idade da mãe, é de grande relevância, não apenas para identificar os padrões regionais de nascimentos, suas características e influências sobre o total nacional, mas também porque apontam para a necessidade de se considerarem essas e outras peculiaridades regionais na elaboração e na implantação de políticas públicas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2000/2021.

Nota: Exclusive os registros sem especificação da Unidade da Federação de residência da mãe, residência ignorada ou no estrangeiro, bem como os registros com idade da mãe ignorada.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2021.

Nota: Exclusive os registros sem especificação da Unidade da Federação de residência da mãe, residência ignorada ou no estrangeiro, bem como os registros com idade da mãe ignorada.

⁴ Taxa de fecundidade geral é a relação entre o total de nascidos vivos e o total da população feminina na faixa etária convencionada como idade fértil (entre 15 a 49 anos).



Casamentos

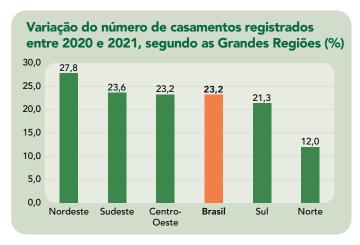
No Brasil, houve 932 502 registros de casamentos civis em 2021, o que representa um aumento de 23,2% em relação ao ano anterior. Desse total, 9 202 ocorreram entre pessoas do mesmo sexo. Todas as Grandes Regiões assinalaram aumento no número de casamentos civis registrados em cartório, especialmente a Região Nordeste, que apresentou acréscimo de 27,8%.

O mesmo comportamento foi observado nos casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo, os quais registraram aumento de 43,0% entre 2020 (6 433) e 2021 (9 202). Os ocorridos entre cônjuges femininos representaram 60,9% dos casamentos civis com essa composição conjugal em 2021.

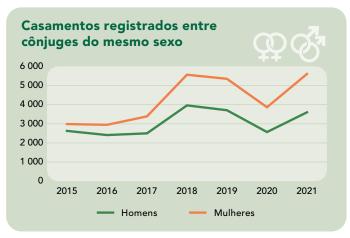
Em todas as Grandes Regiões, o número de casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo, em 2021, foi superior ao obtido no ano anterior, sendo as Regiões Centro-Oeste, a Nordeste e a Sul aquelas

que apresentaram as maiores variações no número de casamentos civis dessa natureza (80,4%, 57,0% e 47,1%, respectivamente).

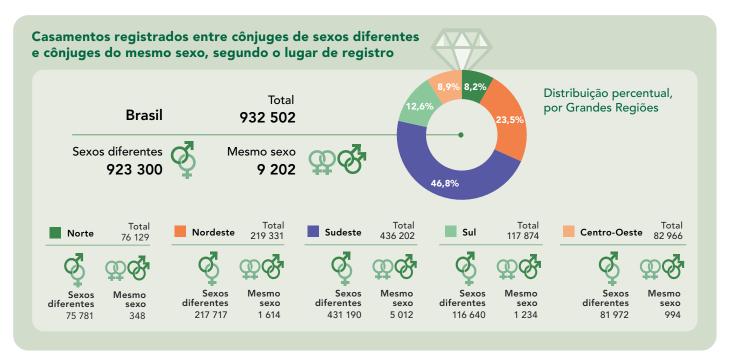
Desde 2015, o número de casamentos vem apresentando tendência de queda. Houve, contudo, um decréscimo ainda mais expressivo nos registros entre 2019 e 2020, o que parece ter estreita relação com o cenário de pandemia. Dentre as possíveis causas da redução dos casamentos entre 2019 e 2020 devem ser consideradas as orientações sanitárias de distanciamento social, que inviabilizaram a realização de cerimoniais e fizeram com que muitos casais adiassem a decisão pelo casamento. Em 2021, o número de casamentos não superou a média dos cinco anos (2015 a 2019) anteriores à pandemia (1 076 280), mas deu indícios de que as cerimônias matrimoniais voltaram a acontecer com mais frequência em razão das campanhas de vacinação e da flexibilização das medidas para contenção da COVID-19.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2020-2021.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estatísticas do Registro Civil 2015-2021.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2021.



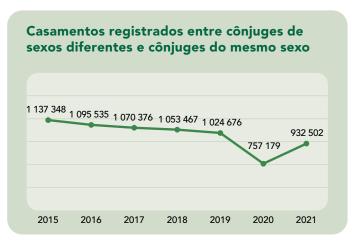
Observando mês a mês os anos de 2019, 2020 e 2021, nota-se o impacto da pandemia nos registros de casamentos, a partir de março de 2020. Em 2021, há um aumento de registros que se acentua, a partir do mês de setembro. Nos três anos em questão, o mês de dezembro permaneceu como o de maior número de casamentos.

A taxa de nupcialidade legal fornece uma dimensão do número de registros de casamentos em relação à população em idade de se casar, ou seja, de 15 anos ou mais de idade. No Brasil, para cada 1 000 habitantes em idade de se casar, em média, 5,5 pessoas se uniram por meio do casamento civil em 2021. As Regiões Nordeste e Sul registraram as menores taxas (4,9 e 4,8 casamentos, por 1 000 habitantes, respectivamente), enquanto as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, as maiores (6,0 e 6,3 casamentos, por 1 000 habitantes, respectivamente). As comparações entre as taxas indicam o grau de complexidade que envolve a análise da

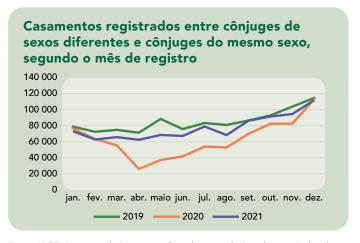
nupcialidade. É possível observar que Grandes Regiões com características tão distintas em relação às dimensões culturais, sociais e econômicas apresentaram taxas de nupcialidade semelhantes.

Nos casamentos civis entre cônjuges solteiros de sexos distintos, com 15 anos ou mais, a diferença das idades médias ao contrair a união foi de aproximadamente 2 anos, sendo que os homens se casaram, em média, aos 30,9 anos, e as mulheres, aos 28,5 anos de idade. Esse comportamento é homogêneo entre as Grandes Regiões, com as idades médias variando de 30,4 a 32,4 anos entre os homens e de 28,0 a 29,5 anos entre as mulheres.

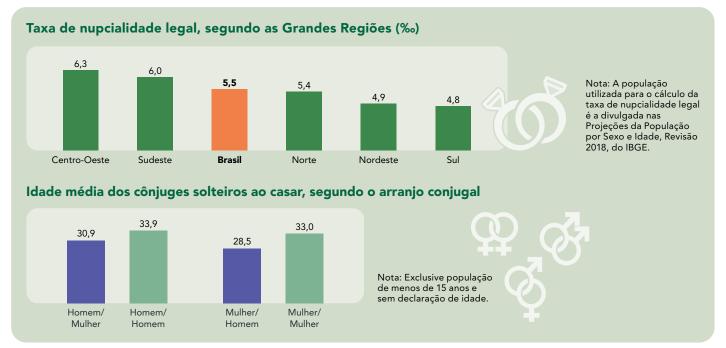
No que diz respeito aos casamentos civis entre pessoas solteiras do mesmo sexo, a idade média ao contrair a união foi de aproximadamente 34 anos entre os homens e 33 anos entre as mulheres. Quanto às diferenças regionais, as idades variaram de 31,6 a 34,6 anos, entre os homens, e 31,8 a 33,8 entre as mulheres.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2015-2021.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2019-2021.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2021.



Divórcios

Em 2021, a pesquisa Estatísticas do Registro Civil apurou 386 813 divórcios concedidos em 1ª instância ou realizados por escrituras extrajudiciais, o que representa um aumento de 16,8% em relação ao total contabilizado em 2020 (331 185). Consequentemente, houve um acréscimo, também, na taxa geral de divórcios⁵ e o número de divórcios para cada 1 000 pessoas de 20 anos ou mais passou de 2,15‰ (2020) para 2,49‰ (2021).

As Regiões Nordeste e Sudeste apresentaram a maior variação, com aumento dos divórcios entre 2020 e 2021, de 25,5% e 16,3%, respectivamente. Os divórcios judiciais concedidos em 1ª instância corresponderam a 77,5% dos divórcios do País.

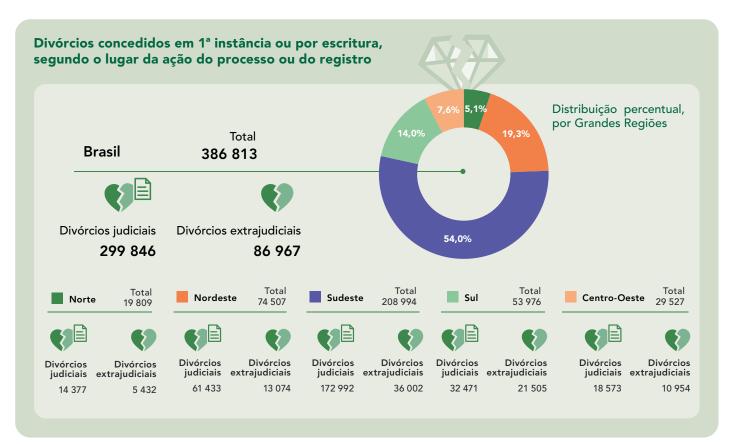
Em média, os homens se divorciaram em idades mais avançadas que as mulheres. Em 2021, na data do divórcio, os homens tinham, em média, 43,6 anos, enquanto as mulheres, 40,6 anos de idade. A mesma diferença entre as idades de homens e mulheres ao se divorciarem foi observada em 2020.

No Brasil, em 2010, o tempo médio entre a data do casamento e a data da sentença ou escritura do divórcio era cerca de 16 anos. Em

2021, houve uma diminuição no tempo de duração do casamento para 13,6 anos. Nas Grandes Regiões, esse tempo médio variou de 15 a 17 anos em 2010, para 12 a 15 anos, em 2021.

Na avaliação dos divórcios judiciais concedidos em 1ª instância, por tipo de arranjo familiar, observou-se que a maior proporção das dissoluções ocorreu entre as famílias constituídas somente com filhos menores de idade, atingindo 48,5% em 2021. Entre 2010 e 2021, houve um aumento de 5,5 pontos percentuais nos divórcios judiciais concedidos em 1ª instância em que os casais possuíam somente filhos menores.

Nota-se aumento significativo do percentual de divórcios judiciais entre casais com filhos menores de idade em cuja sentença consta a guarda compartilhada dos filhos. A Lei do Divórcio⁶ (Lei n. 6.515, de 26.12.1977) prevê a guarda compartilhada de filhos menores de idade em caso de divórcio, contudo, somente com a Lei n. 13.058, de 22.12.2014, essa modalidade passou a ser priorizada ainda que não haja acordo entre os pais quanto à guarda dos filhos, desde que ambos estejam aptos a exercer o poder familiar. Isso porque, de acordo com a referida lei, o tempo de convívio deve ser equilibrado entre o pai e a



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2021.

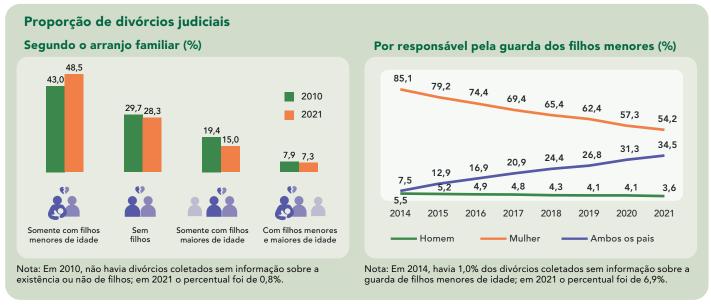
⁵ A taxa geral de divórcios é obtida pela divisão do número de divórcios pelo número de habitantes, multiplicando-se o resultado por 1 000 (‰). Nesta pesquisa, foram considerados os divórcios das pessoas de 20 anos ou mais de idade concedidos em 1ª instância ou realizados por escrituras extrajudiciais, exclusive a população de menos de 20 anos de idade e sem declaração de idade. A população utilizada para o cálculo da taxa geral de divórcios é a divulgada nas Projeções da População por Sexo e Idade, Revisão 2018, do IBGE.

⁶ A Lei do Divórcio estabeleceu legalmente a separação de fato, tornando comum que os filhos ficassem com a mãe, e ao pai incumbindo o sustento. Desde então, ao longo dos anos, a instituição da guarda dos filhos menores tem passado por diversas alterações.



mãe, salvo se um deles declarar que não deseja a guarda do menor. A pesquisa Estatísticas do Registro Civil, desde a promulgação da Lei do Divórcio, capta a informação sobre a guarda dos filhos menores por um ou ambos os pais.

Em 2014, a proporção de guarda compartilhada entre os pais com filhos menores era de 7,5%. Em 2021, essa modalidade passou a representar 34,5%. Tal comportamento evidencia o crescimento dessa modalidade de guarda como consequência da lei supracitada.

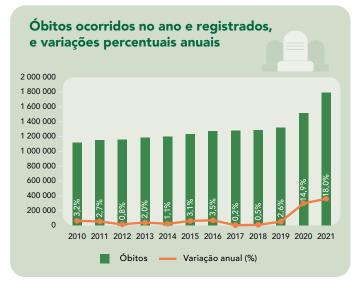


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2010/2021.

Óbitos

No ano de referência de 2021, 1 802 487⁷ registros de óbitos foram efetuados em cartórios no Brasil. Desse total, 1 786 347⁸ são relativos a óbitos ocorridos em 2021 e registrados até o primeiro trimestre de 2022⁹, e aproximadamente 0,9% (16 140) correspondem a óbitos ocorridos em anos anteriores ou com o ano do óbito ignorado. Com a continuidade da pandemia de COVID-19, o número de óbitos em 2021 teve aumento superior ao observado em 2020, especialmente no primeiro semestre de 2021, como mostram as estatísticas produzidas pelo IBGE a partir dos dados coletados junto aos cartórios de Registro Civil de pessoas naturais de todo o País.

A análise da série histórica no período anterior à pandemia, de 2010 a 2019, indica que o crescimento médio anual de óbitos foi de 1,8%. Nesse período, o aumento na quantidade de mortes ficou dentro do esperado, se considerada a taxa de crescimento demográfico no País, inferior a 1% ao ano, reflexo das alterações na estrutura etária brasileira causadas pela queda da fecundidade, o que contribuiu para um crescimento mais lento do número de crianças e adolescentes. Paralelamente, houve o aumento da população adulta e idosa, decorrente do aumento da longevidade.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2010-2021.

Nota: Inclusive os registros sem especificação da Unidade da Federação de residência da mãe, residência ignorada ou no estrangeiro.

⁷ Inclusive os óbitos sem especificação da Unidade da Federação de residência da pessoa falecida, residência ignorada ou no estrangeiro (5 865 registros).

⁸ Inclusive os óbitos sem declaração da idade ou do sexo da pessoa falecida (3 558 registros) e os registros sem especificação da Unidade da Federação de residência da pessoa falecida, residência ignorada ou no estrangeiro (5 036 registros).

⁹ A Lei n. 6.015, de 31.12.1973, fixou o prazo de até três meses para que o assento do óbito seja lavrado depois, na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24h do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante. O IBGE adota como critério considerar que os registros de óbito de um determinado ano devem incluir os registros realizados até o terceiro mês do ano subsequente ao ano de ocorrência do falecimento.



Entre os anos de 2020 e 2021, um acréscimo substantivo de óbitos foi contabilizado e as variações no número de mortes ficaram em patamares superiores àqueles encontrados entre 2019 e 2020 (14,9%). O aumento de 18,0% em 2021 no volume de óbitos correspondeu a um acréscimo de 272 772 mortes em relação a 2020. Se comparado o ano de 2021 com 2019, o incremento foi de 469 055, equivalendo a um percentual de 35,6%.

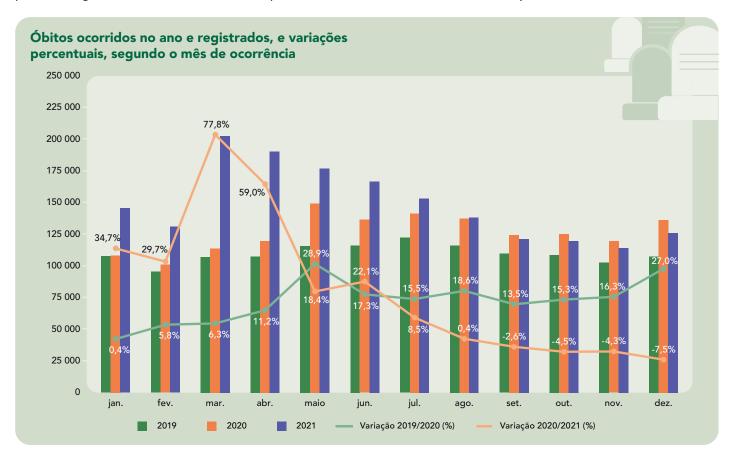
Na comparação entre os mesmos meses de 2019 e 2020 foi verificado aumento contínuo de óbitos e, a partir do mês de abril de 2020, o aumento foi superior a 11% em todos os meses seguintes do ano, sendo o mês de maio, com elevação de quase 29%, o mais afetado, totalizando 149 410 mortes no mês. Em 2021, destaca-se o mês de março com o maior número de óbitos. Nesse mês, 202 511 mortes foram contabilizadas, valor 77,8% superior ao registrado em março de 2020. A implementação de medidas sanitárias e, posteriormente, as campanhas de incentivo à vacinação parecem ter contribuído para o recuo da pandemia e suas consequências. A partir do mês de julho de 2021, vislumbrou-se uma tendência de queda nos óbitos e o volume mensal registrado tornou-se inferior ao de 2020 a partir de setembro.

O panorama regional dos óbitos por Grandes Regiões brasileiras aponta para um cenário muito diferente daquele observado em 2020. A Região Sul, entre 2019 e 2020, foi a menos afetada em termos da variação relativa de mortes, porém, no período de 2020 para 2021, registrou aumento de 30,6%, o maior percentual entre

as Grandes Regiões. Em seguida, as Regiões Centro-Oeste (24,0%) e Sudeste (19,8%) apresentaram as maiores variações relativas de mortes para o mesmo período. Por outro lado, as Regiões Norte (12,8%) e Nordeste (7,1%) registraram patamares inferiores à média nacional. Destaca-se que, em 2020, a Região Norte, com aumento de 26,1%, foi a que apresentou a maior variação relativa de óbitos quando comparados ao ano de 2019.

O crescimento dos óbitos nas Unidades da Federação confirma o quadro apontado para as Grandes Regiões. O Estado do Paraná apresentou o maior aumento, com 35,9%, entre os anos de 2020 e 2021, comparado a um aumento de 10,6% entre 2019 e 2020. Os Estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina também apresentaram as maiores variações entre 2020 e 2021, de 34,1%, 30,0% e 28,9% respectivamente, sendo que no biênio anterior o Estado de Santa Catarina apresentou aumento de 9,5% no volume de óbitos, valor ainda inferior ao registrado pelo Paraná (10,6%). No conjunto de Estados que menos sofreram com a elevação de óbitos entre 2020 e 2021, figuram o Maranhão, com 2,1%, seguido pelo Pará (3,0%) e Alagoas (4,3%).

Quanto ao local de ocorrência dos óbitos, em torno de 77% aconteceram em hospital, percentual superior ao observado em 2020 e nos últimos cinco anos anteriores à pandemia (2015 a 2019). O falecimento em domicílio correspondeu a 18,2% das mortes; e em 5,2% não houve declaração ou o local declarado foi outro.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2019-2021. Nota: Inclusive os registros sem especificação da Unidade da Federação de residência da pessoa falecida, residência ignorada ou no estrangeiro.

8



Da análise dos óbitos por grupos decenais de idade, é possível dizer que o acréscimo no total de mortes da população brasileira ocorreu de forma mais expressiva não só entre os idosos (60 anos ou mais), como observado no biênio anterior, mas também nos grupos de adultos na faixa etária de 40 a 59 anos, com diferenças importantes entre as faixas etárias analisadas.

Os idosos com 80 anos ou mais de idade concentraram o maior contingente de óbitos do País em 2021, com um total de 491 074 mortes (27,5%). Com o envelhecimento da população brasileira, pertenciam a essa faixa etária aproximadamente 4,6 milhões de idosos, o equivalente a 2,2% da população, segundo as projeções divulgadas pelo IBGE¹⁰. Assim, entre os anos de 2019 e 2021, quando considerada a população nessa faixa de idades avançadas, o número de óbitos registrados a cada 1 000 habitantes com 80 anos ou mais aumentou de aproximadamente 94 para 106 mortes.

As maiores variações em números absolutos de mortes ocorreram nas faixas de 60 a 69 e 50 a 59 anos de idade. Entre os idosos de 60 a 69 anos, o acréscimo foi de 63 353 óbitos quando comparados a 2020. O grupo de meia-idade, na faixa etária de 50 a 59 anos, veio em seguida com adição de 56 312 óbitos.

Quando analisados os acréscimos em termos relativos, o maior aumento ocorreu entre os adultos com idades no intervalo de 40 a 49 anos, observando-se nessa faixa etária um crescimento de 35,9% nos óbitos em relação a 2020. As pessoas com 50 a 59 anos de idade ocuparam a segunda posição entre as maiores variações relativas e o incremento nesse grupo foi de 31,3%.

Segundo as Grandes Regiões, o comportamento dos óbitos por faixas etárias revela que nas Regiões Norte, Sudeste e Sul os maiores incrementos nas mortes em 2021 ocorreram entre idosos de 60 a 69 anos de idade, com acréscimos, respectivamente, de 3 090, 32 776 e 15 064 óbitos se comparados ao ano de 2020. Nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste a faixa etária com maiores aumentos foi a de adultos de 50 a 59 anos com, respectivamente, 7 393 e 6 067 óbitos a mais.

Deve-se ressaltar que, ao considerar as variações relativas dos óbitos, a faixa etária de 40 a 49 anos mostrou comportamento similar ao observado para o País em todas as Grandes Regiões e foi a que exibiu os maiores percentuais de crescimento entre os anos de 2020 e 2021. As Regiões Nordeste (20,2%) e Norte (28,2%) apresentaram os menores percentuais e as Regiões Centro-Oeste (49,5%) e Sul (57,0%), os maiores.

A mortalidade é diferenciada não só por idade, mas também por sexo e, normalmente, a masculina é superior à feminina ao longo de toda a vida. Entre 2020 e 2021, porém, o aumento relativo no número de óbitos femininos (20,0%) foi superior ao masculino (16,5%) e a razão de óbitos entre os sexos diminuiu de 128,0 para 124,1 óbitos masculinos a cada 100 femininos.

Quando se consideram as mortes segundo a natureza do óbito, em 2021, 92,1% dos óbitos foram por causas naturais, 5,6% por

causas externas e em 2,3% não foi possível obter a causa. Como esperado, tendo em vista o aumento atípico da mortalidade em função da pandemia de COVID-19, 99,1% do acréscimo de óbitos, o correspondente a 270 371 mortes, ocorreu entre aqueles registrados como de causas naturais.

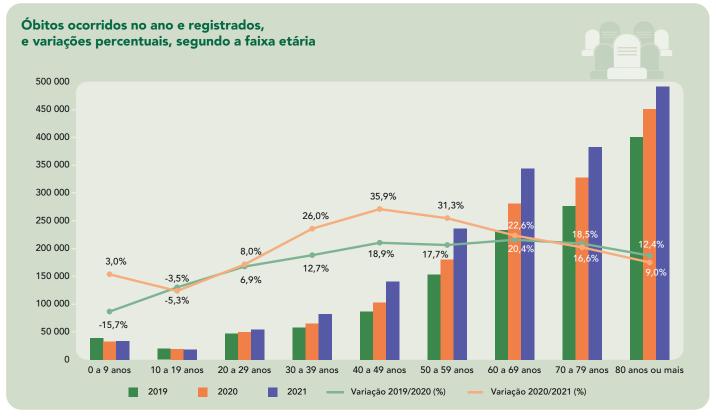


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2019-2021.

Nota: Inclusive os óbitos sem informação de sexo ou idade.

¹⁰ Mais informações sobre as projeções podem ser acessadas em: PROJEÇÕES da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados. Acesso em: jan. 2023.





Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2019-2021. Nota: Exclusive óbitos com idades ignoradas e inclusive os registros com sexo ignorado, sem especificação da Unidade da Federação de residência da pessoa falecida, residência ignorada ou no estrangeiro.

Ao conjugar a análise dos óbitos por natureza, faixa etária e sexo verifica-se que a razão entre o número de óbitos masculinos e femininos oscila bastante. Para os óbitos por causas naturais, em 2021, as mortes de homens de 20 a 24 anos de idade eram 1,83 vez maior que as mortes das mulheres na mesma faixa etária. Com o avanço da idade, a sobremortalidade¹¹ masculina apresenta declínio chegando a 1,13 vez as mortes femininas no grupo de 75 a 79 anos, e 0,77 vez, para 80 anos ou mais, ou seja, 77 óbitos masculinos para 100 femininos nesse grupo. Esses valores não apresentaram variações importantes entre 2020 e 2021. O diferencial por sexo na mortalidade das últimas faixas etárias ocorre como consequência

Gráfica Digital

da maior esperança de vida para o sexo feminino (aproximadamente 80 anos e de 73 anos para o sexo masculino) o que promove um maior contingente de mulheres em idades mais avançadas.

Para os óbitos por causas externas ou não naturais (homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, afogamentos, quedas acidentais etc.), ainda que tenha sido verificada uma pequena queda (-0,82%), a sobremortalidade masculina nos adultos jovens continua acentuada. Em 2021, o número de óbitos masculinos por causas externas no grupo de 20 a 24 anos de idade foi de 10,1 vezes os óbitos femininos, pouco superior à sobremortalidade obtida em 2020 (9,6 vezes) e em 2019 (9,5 vezes). ■

Se o assunto é Brasil, **Expediente** Projeto gráfico Centro de Documentação Elaboração do texto procure o IBGE. e Disseminação de Informações, Diretoria de Pesquisas Gerência de Editoração /ibgecomunica /ibgeoficial Coordenação de População Imagens fotográficas e Indicadores Sociais /ibgeoficial (O) /ibgeoficial Normalização textual Impressão Centro de Documentação e www.ibge.gov.br 0800 721 8181 Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Disseminação de Informações. Gerência de Sistematização de *\$21BGE*

(21) 97385 8655

resultados. notas técnicas e demais informações sobre o estudo https://www.ibge.gov.br/ estatisticas/sociais/populacao/ 9110-estatisticas-do-registrocivil.html

Tabelas de

Links

Conteúdos Informacionais

¹¹ A sobremortalidade masculina é obtida dividindo-se o contingente de óbitos masculinos pelo contingente de óbitos femininos.